

Moeda deste negócio: boa vontade.

Nossos representantes dizem hoje, nos EUA, que o País aceita fazer o pagamento simbólico dos juros se houver um gesto de boa vontade dos credores. Os credores esperam o mesmo: boa vontade do Brasil em apresentar, desta vez, uma "proposta séria".

O assessor especial do ministro Bresser Pereira para a questão da dívida externa, Fernão Bracher, disse ontem, pouco antes de viajar a Nova York para uma nova rodada de negociações com os bancos credores e o governo norte-americano, que o governo brasileiro não descarta a possibilidade de fazer um pagamento simbólico de parte dos juros devidos aos bancos privados, se esse gesto for útil para o resultado final da negociação. Mas com uma condição: que seja acompanhado de um gesto correspondente de boa vontade por parte dos bancos.

"Isso é o que eu vou perguntar a eles", respondeu Bracher à pergunta sobre que contrapartida os credores poderiam oferecer. Com Bracher seguiram para Nova York o diretor da Dívida Externa do Banco Central, Antônio de Pádua Seixas, e funcionários do Departamento Jurídico do BC e da Procuradoria da Fazenda Nacional. Ao todo, sete pessoas participam desta segunda rodada, que marca a volta dos negociadores aos EUA.

Bracher vinculou a eventual necessidade do pagamento simbólico à ameaça de rebaixamento na classificação dos créditos brasileiros por uma comissão do governo americano, que vai se reunir no próximo dia 26. Ele disse que não acredita na necessidade desse pagamento para evitar o rebaixamento, uma vez que as perspectivas de um entendimento entre Brasil e os credores já teriam melhorado substancialmente depois da apresentação da proposta formal pelo Brasil, e da reabertura das negociações.

Ainda assim, Bracher admitiu que a comissão que vai julgar os créditos brasileiros poderia querer um sinal mais concreto de disposição do Brasil para negociar. "Eles poderiam dar uma de São Tomé", comentou, e nesse contexto, o Brasil poderia negociar o pagamento de parte dos juros devidos em 87, que não foram pagos por causa da moratória. Mas sempre condicionado a "um gesto da outra parte", insistiu o assessor, "porque uma negociação tem sempre dois lados, e só assim o gesto poderia ter esse dom de convencer a autoridade julgadora de que está havendo progresso".

De qualquer forma, nada disso muda a posição brasileira de negociação, que é a mesma levada ao comitê dos bancos no último dia 25, assegurou Bracher. O Brasil propõe o refinanciamento dos juros vencidos em 87 e a vencer em 88 e 89, na parte convencional da proposta. Na parte não convencional, propõe a transformação voluntária de parte da dívida em juros fixos, spread zero e prazos mais longos — a

chamada securitização da dívida. Esses bônus teriam a vantagem, para os credores, de não serem sujeitos a reescalonamento ou refinanciamento, de serem os papéis prioritários — ou únicos — para a conversão em capital para investimento no Brasil, e de poderem ter sua remuneração melhorada se as condições econômicas do País também melhorarem.

O assessor do ministro da Fazenda confirmou também que esses bônus teriam o valor de face — nominal — dos títulos da dívida, e que o deságio sobre esses valores seria conseguido através da redução dos juros e alongamento dos prazos. Bracher não deu muita importância à ameaça de uma retirada das linhas de curto prazo que financiam o comércio exterior brasileiro, como forma de pressão dos credores. "Teríamos que repor essas linhas com as nossas reservas", disse Bracher, explicando que isso reduziria nossas condições de pagar a dívida, e conseqüentemente prejudicaria também os credores.

Segundo informa Beatriz Guimarães, de Nova York, é grande a expectativa da comunidade bancária americana com a chegada, hoje, de Fernão Bracher e Antônio de Pádua Seixas, para a segunda rodada de negociações. Essas reuniões podem representar o fim da moratória determinada ao tempo

O que os credores vão oferecer-nos de bom se pagarmos os juros? Quiseram saber de Bresser. Resposta: "Isso é o que eu vou perguntar a eles".

OSALDO

do ex-ministro Funaro ou o agravamento ainda maiores das já tensas relações entre o governo brasileiro e os credores internacionais. Os analistas financeiros garantem que a paciência dos credores está quase no final e que é preciso que o Brasil apresente uma "proposta séria" desta vez, o que, na sua opinião, ainda não aconteceu desde o impasse criado com a moratória.

O clima desses encontros, portanto, não deve ser muito favorável ao Brasil, que segundo algumas fontes já não é considerado um devedor confiável. Os atuais problemas políticos e econômicos do governo Sarney dão a impressão, em Nova York, de que o País está realmente fora de controle, o que não contribui para o restabelecimento de relações normais sobre a dívida. O PMDB e seus líderes são pintados pela imprensa americana como um aglomerado de tendências as mais diversas, sem uma linha única de ação ou conhecimento dos mecanismos que regem as finanças entre os países.

